

SANTANENSE MINERAÇÃO S.A

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

SANTANENSE MINERAÇÃO S.A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do resultado para o exercício findo

QUADRO 3 – Demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo

QUADRO 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo

QUADRO 5 – Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores
Santanense Mineração S.A
Itatiaiuçu – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Santanense Mineração S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Santanense Mineração S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Santanense Mineração S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Operações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 que trata do contexto operacional da Companhia, mencionando que suas receitas são, substancialmente, provenientes de operações com a Empresa de Mineração Esperança S.A, pertencente ao mesmo grupo econômico, de acordo com as condições acordadas entre as partes. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar

a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2024.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

Santanense Mineração S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	6
Contas a receber	6	392	26.450
Impostos a recuperar		78	76
Total do ativo circulante		473	26.532
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	1.380	1.380
Investimentos		5	-
Imobilizado	8	2.482	2.589
Intangível	9	6.028	6.028
Total do ativo não circulante		9.895	9.997
Total do ativo		10.368	36.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santanense Mineração S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	199	201
Fornecedores	11	554	621
Obrigações tributárias	12	595	1.132
Total do passivo circulante		1.348	1.954
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	-	199
Partes relacionadas	7	8	6
Provisão para fechamento de mina	13	6.263	5.991
Total do passivo não circulante		6.271	6.196
Patrimônio líquido			
Capital social	14	1.067	1.067
Reserva legal		213	213
Reserva de lucros		1.469	27.099
Total do patrimônio líquido		2.749	28.379
Total do passivo e patrimônio líquido		10.368	36.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santanense Mineração S.A.
Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita Operacional Líquida	15	19.197	26.287
Custo Produto Vendido	16	(3.787)	(6.036)
Lucro Operacional Bruto		15.410	20.251
(Despesas) Receitas Operacionais			
Administrativas	17	(596)	(409)
Tributárias	18	(25)	(428)
Outros resultados operacionais	19	834	7.814
Lucro operacional antes do resultado financeiro		15.623	27.228
Resultado Financeiro	20		
Receitas financeiras		3	-
Despesas financeiras		(351)	(252)
		(348)	(252)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		15.275	26.976
Imposto de renda e contribuição social	21	(905)	(3.527)
Lucro Líquido do Exercício		14.370	23.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santanense Mineração S.A.
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	14.370	23.449
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	<u>14.370</u>	<u>23.449</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santanense Mineração S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	1.067	213	3.153	-	4.433
Resultado líquido do exercício	-	-	-	23.449	23.449
Dividendos Propostos Revertidos	-	-	497	-	497
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	-	23.449	(23.449)	-
Saldo em 31/12/2022	1.067	213	27.099	-	28.379
Resultado líquido do exercício	-	-	-	14.370	14.370
Dividendos Distribuídos	-	-	(25.630)	(14.370)	(40.000)
Saldo em 31/12/2023	1.067	213	1.469	-	2.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santanense Mineração S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	14.370	23.449
Depreciação/amortização	107	523
Depreciação de impairment	-	(413)
Baixa líquida imobilizado	-	29
Atualização de provisão para fechamento de mina	272	29
Juros incorridos	69	108
Decréscimo (acrécimo) os ativos:		
Contas a receber	26.058	(18.769)
Impostos a recuperar	(2)	(58)
Adiantamento	-	599
(Decréscimo) acréscimo nos passivos:		
Fornecedores	(67)	(101)
Obrigações tributárias	(537)	(1.067)
Pagamento de juros sob empréstimos	(70)	(107)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.200	4.222
Aquisição de imobilizado	-	(2.699)
Aplicações financeiras de longo prazo	(5)	-
Partes relacionadas	-	(1.294)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(5)	(3.993)
Amortização empréstimos e financiamentos	(200)	(200)
Partes relacionadas	2	(2)
Pagamento de dividendos	(40.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(40.198)	(202)
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	(3)	27
No início do exercício	6	8
No fim do exercício	3	6
Aumento redução no caixa e equivalentes de caixa	(3)	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santanense Mineração S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de março de 2020, com sede em Itatiaiuçu, Minas Gerais, Brasil, sendo controlada atualmente pela M.S.A Mineração Serra Azul Ltda, empresa pertencente ao Grupo AVG, que adquiriu 100% do controle da Companhia, da Vale S.A., após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em 29 de janeiro de 2021.

Após a conclusão de condições precedentes, o Grupo AVG assumiu as operações em abril de 2021, reiniciando as operações da Companhia.

A Companhia tem como objetivo a exploração, comércio, importação, exportação e industrialização de minérios e outros produtos sejam eles próprios ou de terceiros, além da exploração e aproveitamento de jazidas próprias ou de terceiros.

As transações de vendas da Companhia são realizadas, exclusivamente, com a Empresa de Mineração Esperança S.A., que pertencente ao mesmo grupo econômico. As referidas operações são realizadas considerando as tratativas entre as partes, a realização do referido contas a receber ocorrem conforme a necessidade de caixa da Companhia.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Santanense Mineração S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme Ata de Reunião da Diretoria, datada de 28 de março de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Santanense Mineração S.A., foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Leis de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, também, aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão do negócio.

3.1 Base de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. Todas as informações estão apresentadas em milhares de Reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

3.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e, quando necessária são reconhecidas no período em que são revisadas ou em quaisquer períodos futuros afetados.

3.4 Alteração de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - visa melhorar as informações divulgadas por empresas sobre dívidas de longo prazo com covenants que permitem aos investidores entenderem o risco de determinada dívida ser reembolsada antecipadamente. As modificações emitidas pelo IASB têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 7 - Arranjos Financeiros de Fornecedores - Supplier Finance Arrangements: a alteração emitida em maio de 2023 trata das alterações das Demonstrações dos fluxos de caixa e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, introduzindo novos requerimentos adicionais de divulgação referentes ao Supplier Finance Arrangements (SFA) – acordos que possuem outras nomenclaturas comumente referenciadas no mercado, como por exemplo, risco sacado, supply chain finance, payables finance, reverse factoring, entre outras. Independente do nome dado à transação, o importante são as características delas e dos acordos. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não há outras normas emanadas pela International Financial Reporting Standards - IFRS e interpretações da International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.5 Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$14.370. As informações anuais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da Santanense Mineração S.A., uma vez que a Administração avaliou a capacidade operativa e está convencida de que possui recursos e condições suficientes para prosseguir no negócio num futuro previsível.

Na data de emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não vislumbra riscos ou possíveis incertezas que possam nesse momento afetar a continuidade de seus negócios, as estimativas e julgamentos contábeis relacionados na nota explicativa nº 4.21. Com base

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nesses fatores a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados e linhas de crédito suficientes para sua sustentabilidade.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente e comparativa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 Regime de escrituração contábil

O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e as despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o prazo de um ano contados a partir de 31 de dezembro de 2023, são classificados como circulantes e os valores com prazos superiores a um ano, foram classificados como não circulantes.

4.2 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece as receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle dos produtos prometido ao cliente. Esses produtos são considerados transferidos à medida em que o cliente obtém o seu controle.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que), as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

4.3 Receita financeira

A receita financeira compreende basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras. É reconhecida no resultado com base no método da taxa de juros efetiva.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, conforme nota explicativa nº 5.

4.5 Contas a receber (Clientes)

As contas a receber de clientes são decorrentes de venda de produtos, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação, deduzido da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis de estimativa para ajuste ao valor presente e líquidos de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativos circulantes, caso contrário está apresentado no ativo não circulante.

4.6 Impostos a recuperar:

São Impostos e contribuições a recuperar previstos em legislação, bem como os pagamentos a maior passíveis de compensação. Estão registrados pelo seu valor realizável e em conformidade com a legislação vigente.

4.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo original de aquisição deduzido o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo original inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, incluindo, quando aplicável, os custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é registrado no resultado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

As vidas úteis dos bens de seu ativo imobilizado foram definidas conforme abaixo:

Descrição	Vida útil (anos)
Edificações	30
Instalações	12
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se seu valor contábil for maior que o valor recuperável. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" na demonstração do resultado.

4.8 Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.8.1. Ativo minerário

O saldo das contas é composto por valores decorrentes de direitos minerários adquiridos.

O custo incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

4.8.2 Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de 5 anos.

Descrição	Vida útil (anos)
Licença de uso de software	5

4.9 Partes relacionadas

Todas as transações são reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes. Integram também a rubrica os adiantamentos para futuro aumento de capital.

4.10 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável.

4.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Estas obrigações decorrem de bens (insumos, ativos imobilizados, intangíveis etc.) e serviços prestados por fornecedores, consultores, entre outros adquiridos no curso normal de seus negócios, incluindo provisões.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, importação, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente demanda de um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social, após a absorção de prejuízos acumulados, se houver.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são avaliados anualmente para identificação do efeito do valor presente e, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente levando em consideração as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas médias efetivas do custo de capital junto a instituições financeiras. Subsequentemente, esses efeitos são realocados para as linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo.

4.15 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.16 Estimativa de não recuperabilidade (impairment) em Ativos não Financeiros

Anualmente, o valor contábil líquido dos ativos da Santanense Mineração S.A. são revisados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido ao valor recuperável, deve ser constituída uma estimativa de não recuperabilidade do ativo ajustando o valor

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados, anualmente, para verificação do valor recuperável e quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último, é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

Para o exercício de 2023, a Administração realizou o estudo para seus ativos fixos e não identificou ativos que necessitassem de constituição de provisão.

4.17 Tributação

4.17.1 Tributos sobre lucro

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.17.1.1 Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica: à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

4.17.1.2 Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferenças temporárias decorrentes das inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar as autoridades fiscais.

4.18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.18.1 Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia encontravam-se classificados nas seguintes categorias:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria	Ativo financeiro	Mensuração
Custo amortizado	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa e equivalentes de caixa • Contas a receber de clientes • Adiantamentos a fornecedores • Créditos a receber de partes relacionadas. 	Mensurado pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

4.18.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou custo mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável.

Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.18.3 Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Se aplicável, com base no histórico de inadimplência a Companhia constitui provisão para perda esperada de crédito sobre parcelas vencidas, sendo os valores provisionados mensalmente em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas, com base em dados históricos.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

4.18.4. Baixa de instrumentos financeiros

A Companhia baixa um instrumento financeiro apenas quando os contratos vinculados aos fluxos de caixa do instrumento expiram, ou quando a Companhia transfere o instrumento financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

4.19 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes, legal ou presumida, resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são registradas tendo como base as melhores

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas da Administração e de seus assessores legais quanto aos riscos envolvidos.

4.20 Provisão para desmobilização de ativos

Custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerário vinculados. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros para atualização, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

No exercício de 2022, a companhia mediante o novo plano de aproveitamento econômico da mina, e considerando os custos estimados para recuperação da mina quando dos encerramentos das atividades, conforme estabelecido no PAE, constituiu provisão no montante R\$10.558, esta provisão foi atualizada 2023 para R\$11.036, utilizando o IPCA acumulado.

4.21 Estimativas contábeis

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TITULOS E CALORES MOBILIARIOS

A composição de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários	3	6
	<u>3</u>	<u>6</u>

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de depósitos líquidos.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empresa de Mineração Esperança	392	26.450
	<u>392</u>	<u>26.450</u>

As contas a receber de clientes incluem os recebíveis de venda de produto, sendo essas vendas concentradas na Companhia do grupo Empresa de Mineração Esperança S.A.

A Companhia aplica para as vendas entre empresas do Grupo Econômico (“Intercompany”) a política de preços baseadas nos custos incorridos, impostos e uma margem de lucro determinada pela sua Diretoria Executiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber são liquidadas mediante decisão da diretoria e dada necessidade de caixa da Companhia vendedora.

7. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são reconhecidas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

Partes relacionadas - Ativo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empresa de Mineração Esperança S/A	1.380	1.380
	<u>1.380</u>	<u>1.380</u>

Partes relacionadas - Passivo

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
AVG Empreendimentos Minerários S/A	8	6
	<u>8</u>	<u>6</u>

Os saldos acima mencionados a ativo e passivo, são operações de mútuo entre as partes.

Como apresentado no contexto operacional da Companhia, as receitas são concentradas em operações dentro do Grupo Econômico, sendo seu saldo total representado por vendas a Empresa de Mineração Esperança S/A, mantendo a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>Ativo</u>		<u>Receita</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Empresa de Mineração Esperança S/A				
- Venda de minério de ferro (nota 14)	-	-	20.959	28.714
- Contas a receber (nota 5)	392	26.450	-	-

8. IMOBILIZADO

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para substancialmente todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Considerando o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2023.

A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1 Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Edifícios	Instalação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	29	29
Adições	2.100	-	-	-	-	599	2.699
Baixa	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Depreciação acumulada	-	(161)	(96)	(155)	(1)	(110)	(523)
Depreciação Impairment	-	161	96	155	1	-	413
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.100	-	-	-	-	489	2.589
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	(107)	(107)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.100	-	-	-	-	382	2.482

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. INTANGÍVEL

Em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu impairment para, substancialmente, todos seus ativos não financeiros, devido à falta de perspectiva econômica da utilização de seus ativos. A nova Administração assumiu as operações da Companhia em 2021. Considerando o contexto de operações entre empresas do Grupo, não considerou os requerimentos para que uma eventual reversão das provisões anteriormente registradas fosse reconhecida durante o exercício de 2023.

A Administração realiza o monitoramento destes ativos alinhado ao plano de negócios da aquisição, e poderá reverter totalmente ou parcialmente as provisões nos próximos exercícios.

No exercício de 2022, foi apresentado novo plano de fechamento da mina, em conformidade com a resolução ANM 68/2021 e protocolado no DNPM (departamento nacional de produção mineral) desta forma foi estimado o montante de R\$5.991 mil de gastos para efetivar a recuperação ambiental ao longo de 10 anos conforme cronograma físico financeiro, após a paralização das atividades. Em 2023 estas estimativas foram atualizadas pelo IPCA elevando as mesas para R\$6.263. Estes custos originais estimados foram acrescidos no intangível, para posterior amortização à medida que ocorrer o esgotamento da mina, enquanto que a atualização pelo IPCA está sendo reconhecida no resultado.

9.1. Movimentação do intangível

	Custo fechamento de mina	Custo remoção estéril	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37	-	37
Adições	5.991	-	5.991
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.028	-	6.028
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.028	-	6.028

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Taxas %</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sicoob Divicred 300641	10,03% a.a + CDI	20/12/2024	133	266
Sicoob Divicred 299825	10,03% a.a + CDI	10/12/2024	66	134
			199	400
Circulante			199	201
Não circulante			-	199

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo início do exercício	400	599
(+) Captações	-	-
(+) Juros incorridos	69	108
(-) Pagamento principal	(200)	(200)
(-) Pagamento juros	(70)	(107)
Saldo final do exercício	199	400

As cláusulas de *covenants* pertinentes aos contratos acima estão concentradas em vencimentos antecipados por atraso de pagamentos, alterações no Quadro societário e combinações de negócios.

Os bens dados em garantias são os próprios que são objetos do financiamento, ou seja, trata-se de alienação fiduciária, sendo esses bens três pick ups L100 da marca Mitsubishi.

11. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores nacionais	554	621
	554	621

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ a recolher	171	433
CFEM	166	305
CSLL a recolher	91	205
Pis a recolher	13	22
Cofins a recolher	60	99
TFRM	30	44
IRRF s/serviços	6	-
INSS serviços prestados	15	20
ISS retido s/serviços	24	-
Pis/Cofins/Csll serviços prestados	19	4
	<u>595</u>	<u>1.132</u>

13. PROVISÃO PARA FECHAMENTO DE MINA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão para desmobilização de ativos	6.263	5.991
	<u>6.263</u>	<u>5.991</u>

No exercício de 2022, foi apresentado novo plano de fechamento da mina, em conformidade com a resolução ANM 68/2021 e protocolado no DNPM (departamento nacional de produção mineral) desta forma foi estimado o montante de R\$5.991 mil de gastos para efetivar a recuperação ambiental ao longo de 10 anos conforme cronograma físico financeiro, após a paralização das atividades.

O passivo será liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. A companhia vem adotando atualização do valor ao longo do tempo, e o efeito dessa atualização está sendo reconhecido no resultado anualmente, nos próximos exercícios. Em 2023 após a atualização pelo IPCA, o montante de R\$272 mil foi reconhecido no resultado em despesas financeiras.

14. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.067, representado por 100.067 (cem milhões, sessenta e sete mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cujos valores unitários são de R\$0,01 (um centavo) totalizando 100.000.000 (cem milhões) de ações, R\$1 (um real) totalizando 67.000 (sessenta e sete mil) ações, totalmente integralizado em moeda corrente do país, onde a MSA - Mineração Serra Azul Ltda. é detentora de 100% da participação acionária na Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui registrada Reserva Legal, onde seu saldo atingiu o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações, correspondente ao montante de R\$213 (duzentos e treze mil reais).

c) Reserva de lucros

Aos acionistas é assegurado por meio de seu estatuto e em conformidade com a legislação societária brasileira, dividendos mínimos de 12% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos nas demonstrações financeiras ao final do exercício, independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

No exercício de 2023, a Companhia distribuiu R\$ 40.000 mil em dividendos ao seu acionista, mediante utilização do resultado desse exercício de R\$14.370 mil e proveniente da reserva de lucros acumulados no valor de R\$25.630 mil.

15. RECEITA LIQUIDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Venda de minério de ferro	20.959	28.714
Receita bruta	20.959	28.714
(-) Deduções e abatimentos		
CFEM	(696)	(954)
TRFM	(301)	(425)
PIS	(136)	(187)
COFINS	(629)	(861)
(-) Tributos incidentes sobre serviços	(1.762)	(2.427)
Receita operacional líquida	<u>27.197</u>	<u>26.287</u>

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de Minério de ferro: *Run of Mine (ROM)*.

A receita da Companhia é concentrada em operações dentro do próprio Grupo Econômico ("*intercompany*"), onde a formação do preço de venda é composto pelos custos de exploração, impostos e uma margem de lucro de determinada pela diretoria.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviço de movimentação de minério	(3.142)	(4.619)
Locações	(299)	(775)
Fretes rodoviários	-	(498)
Outros custos	(346)	(144)
	<u>(3.787)</u>	<u>(6.036)</u>

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de segurança	(368)	(394)
Locações	(7)	(9)
Serviços Auditorias/Consultorias	(48)	-
Outras despesas administrativas	(173)	(6)
	<u>(596)</u>	<u>(409)</u>

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Taxas municipais	-	(313)
Taxas Ibama	-	(35)
IPVA	(23)	(22)
Outras despesas tributárias	(2)	(58)
	<u>(25)</u>	<u>(428)</u>

19. OUTROS RESULTADO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita royalties	832	7.843
Total outras receitas	<u>832</u>	<u>7.843</u>
Baixa ativo imobilizado	2	(29)
Total outras despesas	<u>2</u>	<u>(29)</u>
	<u>834</u>	<u>7.814</u>

As receitas de royalties foram provenientes de contrato firmado com a Mineração Usiminas S.A, onde a Santanense permite acesso a área sua propriedade para que a MUSA possa lavrar minérios relativo as portarias de lava 830.049/79, 830.149/81 e 07716/57.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	3	-
Total das receitas financeiras	3	-
Juros	(350)	(148)
Multas	-	(103)
Taxas bancárias	(1)	(1)
Descontos concedidos	-	-
Total das despesas financeiras	(348)	(252)
Resultado financeiro	(350)	(252)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto corrente lucro presumido		
Base de Cálculo - Lucro Presumido		
Venda de minério de ferro	20.959	28.714
Outras Receitas Operacionais	835	7.843
Total Receitas	21.794	36.557
Base de Cálculo do Imposto de Renda sobre o Lucro Presumido 8%	1.676	2.297
Total Base Imposto de Renda	2.511	10.140
IRPJ - Alíquota 15%	377	1.521
Adicional	227	990
IRPJ	604	2.511
Alíquota aproximada de IRPJ	2,7%	7%
Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Presumido 12%	2.515	3.446
Total Base Contribuição Social	3.350	11.289
CSLL - Alíquota 9%	301	1.016
CSLL	301	1.016
Alíquota aproximada de CSLL	1,3%	3%
Total imposto de renda e contribuição social	905	3.527
Alíquota efetiva aproximada de IRPJ e CSLL	4,15%	33%

Em 2023 a Companhia optou por apurar seu Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com base no lucro presumido, sendo os percentuais de presunção de 8% e 12% sobre o faturamento, respectivamente.

Sobre a base obtida aplica-se a alíquota de imposto de renda de 15%, adicionada de 10%

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(adicional de IRPJ para lucro acima de R\$60mil ao trimestre), para a CSLL a alíquota aplicada é de 9%.

22. SEGUROS

A Companhia adota a política de não contratar seguros para quaisquer riscos. As premissas de riscos adotadas pela Administração em decorrência de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

23. EVENTOS SUBSEQUENTE

Em 2024 até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos que merecessem divulgações.

Diretores Estatutários

Rodrigo A. Valadares Gontijo
Diretor

Bernardo A. Valadares Gontijo
Diretor

Responsável técnico

Ricardo Vilas Boas
Contador – CRC/MG 067.065/O